

Via rápida do Morracó esconde projecto empresarial e urbanístico do PP

GALIZALIVRE.ORG :: 23/03/2004

Zona Franca, Caixanova, Adolfo Domínguez e família dos condes de Aldám serán as grandes beneficiárias.

A história da via rápida da Península do Morracó remonta a umha década atrás e responde a umha estratégia perfeitamente desenhada pola Junta da Galiza a fim de obter da sua construçom a máxima rentabilidade possível, levando em conta as possibilidades de negócio que oferece a comarca, ao constituir um destino turístico de primeira ordem. No ano 1994, com Xosé Cuiña Crespo como máximo responsável da Conselharia da Ordenaçom do Território e Obras Públicas, redige-se um primeiro projecto para a construçom de umha via de alta capacidade para o Morracó, comarca que até entom parecia nom existir para a Administraçom, nomeadamente quanto a infra-estruturas e comunicaçoms.

Curiosamente neste mesmo ano, coincidindo com o primeiro projecto da via, começou a ouvir-se falar pola zona da possibilidade de comprar, no futuro, moradias luxuosas com piscina em lotes de 2.000 metros quadrados "a dez minutos de Vigo", cousa impensável com as estradas existentes até ao momento. Na altura, tinham interesses na zona a família dos condes de Aldám e o desenhador Adolfo Domínguez, que tinha comprado vários lotes na zona de Mendoinha, em Aldám, através da sociedade Ayala SA, com domicílio social em Pereiro de Aguiar (Ourense), chegando a conseguir 17 hectares. Estas terras pertencem actualmente à irmã, Xosefina Domínguez Fernández, dado que o empresário tivo que lidar com a própria família por causa do aparecimento em bolsa da firma Adolfo Domínguez. Nesse momento decidiu nom participar no negócio.

No primeiro projecto recolhia-se, como o próprio Cuiña afirmou publicamente, que a via terminaria em Bueu, longe portanto dos terrenos de Domínguez. Posteriormente, o projecto definitivo estabeleceu que a estrada acabaria em Aldám, curiosamente ao pé dos terrenos de Domínguez e dos condes. De qualquer maneira, a execuçom da obra ficou em suspenso porque os governos de coligaçom em Moanha, Cangas e Bueu pretendiam modificar a infra-estrutura, visto que nom articulava verdadeiramente a comarca.

Chega o Partido Popular

Com a chegada do Partido Popular ao poder municipal em Cangas, Moanha e Bueu no ano 1999 o projecto agiliza de maneira notória. Neste ano começa também a elaboraçom do Plano Geral de Ordenaçom Municipal (PXOM) de Cangas, documento que vai regular o desenvolvimento urbanístico do município nos vindouros anos. Também, pouco tempo depois da chegada dos "populares" à Câmara municipal de Cangas, aparece em cena Xan Lago Pérez em representaçom das imobiliárias Promocons e Madeiras Lago Rey SL e Tempo Livre e ócio 2000 SL, para solicitar a inclusom no PXOM da qualificaçom como urbanizáveis de mais de dous milhons de metros quadrados de terreno que ambas as sociedades possuem na zona de Aldám. Outras empresas utilizadas pola família dos condes para os seus

projectos urbanísticos no Morraco som Residencial Cabo Home SL, Souto da Rúa SL, Aluguer Borrallido SL e Aires do Morrazo SL.

Xan Lago Pérez pertence à família que detém o título do condado de Aldám e que no ano 1968 aproveitou umha sentença judicial ambígua para registar dúzias de hectares da comunidade de montes desta localidade a nome da sociedade Indústrias Rurais Urbanas e Marítimas (Inrumar), propriedade do conde de Aldám. Também tentárom apropriar-se de monte comunitário de Bueu, ainda que finalmente nom o conseguissem. Na actualidade, devido à inibicom da Cámara municipal e à cooperacom da Junta, están prestes a lográ-lo.

Anteriormente, nos anos de governo do BNG na Cámara municipal de Cangas já comecaram os contactos entre a empresa imobiliária Promocons e Madeiras Lago Rey SL e o Executivo municipal para tornar a qualificar os terrenos. No ano 1998, um representante desta sociedade imobiliária apresentou-se nos pacos do concelho de Cangas e ofereceu ao presidente da cámara umha grande parte dos terrenos que os condes possuem no centro de Aldám para serem explorados polo organismo municipal em troca da requalificacom dos terrenos da costa. A proposta ficou no ar até que, um ano depois, o Bloco abandonou a presidencia da Cámara municipal, sendo substituído polo Partido Popular.

Curiosamente, o actual presidente da Cámara de Cangas, o "popular" José Enrique Sotelo, manifestou em várias occasions que ele vai conseguir para a Cámara municipal a mencionada quinta do conde. Isto significa que os terrenos da zona do litoral serán requalificados e a cedencia da propriedade dos condes de Aldám vai ser apresentada à vizinhanca de Cangas como mais um exito da gestom do regedor do PP.

Por seu turno, a oposicom de Cangas pujo em causa que estes terrenos pertencam legalmente aos condes. Em resposta, a Cámara municipal solicitou um relatório jurídico a pedido do BNG que conclui que os montes som privados e que nom existe recurso possível. No entanto, advogados consultados pola Plataforma Anti-Via Rápida determinárom que a titularidade dos montes hoje em dia é reversível e portanto estes poderiam ser devoltos aos vizinhos e vizinhas se assim o solicitassem, algo que ainda nom foi conseguido porque é preciso criar umha gerencia de montes comunitários que reclame os terrenos de Aldám.

Madeiras Lago Rey e o PP

A partir daqui as empresas da família dos condes de Aldám dedicárom-se a preparar o terreno para fazer viável um complexo urbanístico de primeira ordem. Para isso aproveitárom-se das excelentes relacons existentes entre Madeiras Lago Rey e o Partido Popular (o advogado da companhia é o ex-vereador do PP Antonio Acuña), que se tornárom evidentes quando a empresa vendeu à Cámara municipal de Cangas, para que os cedesse à Mancomunidade do Morraco -na altura controlada polo PP-, uns terrenos por quatro centimos o metro em que seria construída umha central empacotadora de lixo. A zona onde se situam os referidos terrenos foi reivindicada como própria pola comunidade de montes de Bueu.

Outro dos organismos chamado para investir no entorno da via rápida -e que sem dúvida será também um dos beneficiados da construcom- é Zona Franca de Vigo, cujo delegado é o presidente local do PP em Vigo, Pablo Egerique. O que fizérom foi vender a baixo prezo às câmaras municipais de Cangas e Bueu 1.400.000 metros quadrados nuns montes que

reclama a Mancomunidade do Morraco, nos quais será situado um polígono industrial deste consórcio empresarial. O resultado foi o polígono da Portela, que apresentárom à opinião pública como o remédio para o desemprego da comarca e a alternativa ao desmantelamento do banco canário-saariano. Evidentemente, o objectivo de Zona Franca nom é gerar emprego, mas comprar lotes, urbanizá-los e vende-los a mais de 50 euros por metro quadrado às empresas que se quizerem instalar nele.

Também contactárom Caixanova, provocando que a entidade creditícia se interessasse pola zona e decidisse estudar a possibilidade de situar nela umha residencia geriátrica. Outro dos projectos que se está a estudar é a construçom de um cemitério privado, como também a cessom de umhas terras ao Clube de Ténis de Cangas para edificar um complexo desportivo. Deste modo, están a conseguir que a via rápida se considere como umha obra necessária para articular comunicativamente a comarca, quando apenas é umha estrada para dar servico a este grande complexo empresarial, urbanístico e desportivo que dará grandes benefícios a empresas privadas da órbita do Partido Popular.

Imagens da desfeita em <http://www.morrazo.org>

O presente artigo foi publicado no Novas da Galiza nº14. galizalivre.org recolherá uma seleccom das reportagens mais importantes que se publiquem no jornal, fruto da soma de esforcos das duas iniciativas mediáticas.

https://www.lahaine.org/mm_ss_est_esp.php/via-rapida-do-morraco-esconde